



PORTARIA CONJUNTA Nº 1757/PR/2025

Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período que especifica.

O PRESIDENTE e o 1º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso II do [art. 26](#), o inciso II do [art. 29](#) e os incisos I e XIV do [art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que, de acordo com o § 1º do art. 313 da [Lei Complementar estadual nº 59](#), de 18 de janeiro de 2001, que "Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais", nos dias não úteis, haverá, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG e nos órgãos da Justiça de Primeiro Grau do Estado, juízes e servidores designados para apreciar e processarem as medidas de natureza urgente, conforme dispõe o [Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - RITJMG](#);

CONSIDERANDO que, nos termos do inciso II do § 5º do art. 313 da [Lei Complementar estadual nº 59](#), de 2001, são feriados na Justiça do Estado de Minas Gerais os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 313 da [Lei Complementar estadual nº 59](#), de 2001, prevê a suspensão dos prazos processuais no período compreendido entre os dias 7 e 20 de janeiro de cada ano, ocasião em que não haverá a realização de audiências, exceto nos casos urgentes, nem sessões de julgamento, sem prejuízo do funcionamento normal dos órgãos do Poder Judiciário estadual;

CONSIDERANDO que o [art. 10 do RITJMG](#) regulamenta os plantões nos fins de semana e feriados no TJMG;

CONSIDERANDO o disposto na [Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 244](#), de 12 de setembro de 2016, que "Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências";

CONSIDERANDO a [Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG nº 966](#), de 22 de junho de 2021, que "Estabelece critérios para a realização dos plantões destinados à apreciação de 'habeas corpus' e de outras medidas de natureza urgente na Comarca de Belo Horizonte e nas microrregiões do interior do Estado";



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CONSIDERANDO a [Resolução do Órgão Especial do TJMG nº 967](#), de 22 de junho de 2021, que "Estabelece critérios para a realização dos plantões destinados à apreciação de medidas de natureza urgente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais";

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 76](#), de 17 de março de 2006, que "Dispõe sobre jornada e horário de trabalho, registro, apuração e controle de frequência, serviço extraordinário e afastamento dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 7/PR-TJMG](#), de 24 de outubro de 2018, que "Regulamenta o funcionamento do plantão para apreciação de medidas urgentes durante o recesso forense, nos processos que tramitam pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, no Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.326](#), de 21 de janeiro de 2022, que "Dispõe sobre o funcionamento do Módulo Plantão no Sistema 'Processo Judicial Eletrônico - PJe'";

CONSIDERANDO a [Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ nº 6.271](#), de 27 de novembro de 2019, que "Regulamenta os procedimentos de cadastramento dos usuários internos no Sistema 'SISCOM Plantão' e no Repositório Unificado de Procedimentos Eletrônicos - RUPE nas varas criminais, de famílias, cíveis com competência de família e a distribuição de processos físicos criminais, em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais, durante o período de plantão";

CONSIDERANDO o [Aviso Conjunto da Presidência nº 100](#), de 11 de setembro de 2023, que "Avisa sobre alteração do horário de início do plantão judiciário de final de semana e feriado";

CONSIDERANDO o [Provimento da CGJ nº 355](#), de 18 de abril de 2018, o qual "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO o [Provimento da CGJ nº 369](#), de 25 de julho de 2019, que "Dispõe sobre a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos serviços auxiliares do diretor do foro da Comarca de Belo Horizonte";

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103](#), de 16 de dezembro de 2020, que "Institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO o [Provimento Conjunto nº 93](#), de 22 de junho de 2020, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais";



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0190644-86.2025.8.13.0000,

RESOLVEM:

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO ESTADO DE MINAS GERAIS ENTRE 20 DE DEZEMBRO DE 2025 E 20 DE JANEIRO DE 2026

Art. 1º O funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026 obedecerá ao disposto nesta Portaria Conjunta.

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 2º No período de 20 de dezembro de 2025 a 6 de janeiro de 2026, haverá suspensão do expediente forense, dos prazos processuais, da publicação de acórdãos, sentenças e decisões e da intimação das partes e dos advogados na Justiça de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais.

§ 1º Haverá plantão na Secretaria do TJMG, nas secretarias de juízo e nos serviços auxiliares da direção do foro, a partir das 18 horas do dia 19 de dezembro de 2025 até as 8 horas do dia 7 de janeiro de 2026, com a finalidade de atender:

I - ao processamento e à apreciação das seguintes medidas urgentes:

- a) previstas nos incisos I e II do art. 214 e nos incisos I, II e III do art. 215 da [Lei nº 13.105](#), de 16 de março de 2015, [Código de Processo Civil - CPC](#), inclusive as de competência dos Juizados Especiais e de suas Turmas Recursais;
- b) processos penais envolvendo réu preso, feitos vinculados às prisões respectivas e medidas cautelares ou de caráter protetivo, na Justiça de Primeiro Grau;
- c) medidas protetivas de urgência previstas na [Lei nº 11.340](#), de 7 de agosto de 2006, independentemente do comparecimento da vítima ao plantão, sendo suficiente o encaminhamento dos autos administrativos pela Polícia Civil;
- d) realização de audiência de custódia;
- e) processos de apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa envolvendo adolescentes apreendidos, acautelados ou internados;
- f) pedidos de acolhimento familiar e institucional, bem como de desacolhimento;
- g) autorização de viagem de crianças e adolescentes;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

- h) pedido de suspensão de execução de liminar e de sentença, de medida cautelar e de tutela antecipada, nos termos da legislação pertinente;
- i) habeas corpus, mandado de segurança, agravo cível e quaisquer outras medidas urgentes;
- j) medida liminar em dissídio coletivo de greve;
- k) pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;
- l) pedidos de autorização para ingresso em imóveis com fins de busca, revista e reconhecimento;
- m) pedidos de cremação, exumação e inumação de cadáver;
- n) outros casos que, segundo o prudente arbítrio do magistrado plantonista, não possam aguardar a retomada do expediente, sem manifesto prejuízo à parte interessada;

II - a outras questões relativas a serviços inadiáveis.

§ 2º Durante o período de plantão de que trata o § 1º deste artigo:

I - não serão apreciados pedidos de reconsideração nem reiteração de pedidos anteriores, salvo quando versarem sobre as medidas urgentes previstas nesta Portaria Conjunta;

II - não serão praticados atos processuais, exceto os afetos às medidas urgentes;

III - não serão enviados expedientes processuais para publicação no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN, pelas secretarias de juízo da Primeira Instância e pelos cartórios da Segunda Instância, e no Domicílio Judicial Eletrônico - DJE pelas secretarias de juízo da Primeira Instância.

§ 3º As medidas urgentes de que trata a alínea "h" do inciso I do § 1º deste artigo serão encaminhadas pelo cartório de plantão diretamente à apreciação do Presidente do TJMG ou, na sua ausência, de seu substituto legal.

§ 4º Nos casos de urgência, os atos de comunicação deverão ser realizados em meio físico, inclusive quanto aos processos que tramitam nos sistemas de processo eletrônico, nos termos do inciso II do art. 314 do [Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355](#), de 18 de abril de 2018, excetuados os casos mencionados nos arts. 7º e 10 desta Portaria Conjunta.

Art. 3º As certidões requeridas em caráter de urgência durante o período de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta serão emitidas:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

I - no Portal TJMG, no caso de certidões negativas;

II - na Secretaria do TJMG:

a) pela Coordenação de Informações Processuais e Protocolo - CINPROT, a certidão, inclusive para fins eleitorais, de existência ou não de processos judiciais cadastrados no TJMG em nome do requerente;

b) pelos gerentes de cartório plantonistas, as certidões de andamento processual, de andamento e peças, de atuação de advogado e demais certidões de competência dos cartórios judiciais;

III - na Comarca de Belo Horizonte:

a) pelo Serviço Suplementar de Emissão de Certidões - SECERT, a certidão judicial prevista no art. 180 do [Provimento nº 355](#), de 2018;

b) pelo servidor da vara ocupante do cargo de Gerente de Secretaria que estiver de plantão, as demais certidões não previstas na alínea "a" deste inciso;

IV - nas demais comarcas, pelo servidor ocupante do cargo de Gerente de Secretaria que estiver de plantão ou, na sua ausência, pelo gerente de secretaria designado para o plantão regional.

Parágrafo único. A certidão de antecedentes criminais será emitida pela comarca onde tramita o respectivo processo, se houver servidor ocupante do cargo de Gerente de Secretaria designado para o plantão ou, na sua falta, pelo gerente de secretaria da comarca-sede do plantão regional da microrregião.

Art. 4º No período a que se refere o art. 2º desta Portaria Conjunta, os atos administrativos das secretarias, das diretorias executivas e das assessorias executivas da Secretaria do TJMG poderão ser publicados no Caderno Administrativo do Diário Judiciário eletrônico - DJe/TJMG observando-se a necessidade e a conveniência.

Parágrafo único. No período indicado no caput deste artigo, ficam suspensos os prazos para o tratamento das demandas encaminhadas pelo canal "Fale com o TJMG".

Seção II
Da Justiça de Primeiro Grau
Subseção I
Da tramitação no sistema Processo Judicial eletrônico - PJe

Art. 5º Durante o período de 19 de dezembro de 2025, a partir das 18 horas, a 7 de janeiro de 2026, até as 8 horas, as ações em geral continuarão sendo distribuídas eletronicamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

§ 1º A distribuição de ações e os petições de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta ocorrerão exclusivamente no módulo plantão do sistema PJe, ressalvadas:

I - as medidas urgentes infracionais da Comarca de Belo Horizonte, que serão distribuídas e apreciadas no PJe da própria Vara Infracional da Infância e Juventude, sendo dispensada a materialização das peças respectivas;

II - as medidas urgentes relativas a feitos de natureza cível, em sentido lato, da Comarca de Belo Horizonte, que tramitem no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - eproc ou devam ser distribuídos nesse sistema.

§ 2º As medidas de natureza urgente, de competência cível, fazendária e criminal dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte e da Turma Recursal, apresentadas por cidadãos desassistidos por advogado e que não possuam perfil apto para proceder à distribuição diretamente no sistema eletrônico, durante o período de que trata o caput deste artigo, serão direcionadas ao plantão situado na unidade da Avenida Francisco Sales, nº 1.446, bairro Santa Efigênia, no horário das 9h às 18h.

§ 3º Todos os documentos físicos gerados em virtude do cumprimento de eventuais diligências deverão ser entregues à respectiva secretaria, no dia 7 de janeiro de 2026, a qual se incumbirá da digitalização e da inclusão desses documentos no respectivo processo eletrônico, observadas, quanto ao descarte, as normas contidas no [Provimento nº 355](#), de 2018.

§ 4º Em relação às medidas urgentes cuja parte autora não possua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e a exigência desses dados possa comprometer o acesso à Justiça e causar risco de perecimento de direitos, o advogado deverá apresentar ao distribuidor a correspondente peça por meio físico, acompanhada de mídia espelhando seu conteúdo integral, quando receberá uma das vias do protocolo de distribuição eletrônica, devendo a outra ser anexada ao processo, para o devido encaminhamento ao magistrado plantonista.

Art. 6º As medidas urgentes pendentes de apreciação nos processos eletrônicos apresentadas antes do período de recesso forense deverão ser apreciadas pelo juiz competente até o dia 19 de dezembro de 2025.

§ 1º As medidas urgentes que não forem apreciadas na mesma data e se enquadrarem nas hipóteses previstas nesta Portaria Conjunta serão remetidas às unidades plantonistas para análise, via sistema PJe, sem prejuízo de eventuais medidas administrativas posteriores, a cargo da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo, no que couber, na transição entre os juízes de direito escalados para os plantões.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

§ 3º Os processos serão devolvidos às varas de origem, via PJe, tão logo efetivamente cumprida a medida ou no dia 7 de janeiro de 2026.

Art. 7º As intimações urgentes deverão ser realizadas em meio físico, nos termos do § 4º do art. 2º desta Portaria Conjunta, exceto aquelas:

I - destinadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, que deverão ser efetuadas por meio eletrônico, utilizando-se o tipo de comunicação denominado "Comunicação Plantão";

II - destinadas ao Estado de Minas Gerais, relativas a processos de saúde, assim definidos pelo juízo, para fins de internação ou transferência hospitalar em caráter de urgência ou emergência, que deverão ser realizadas por meio do Módulo Procuradoria, direcionadas à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES/MG, nos termos do [Provimento Conjunto nº 145](#), de 14 de abril de 2025.

Subseção II

Da tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - eproc

Art. 8º Durante o período de 19 de dezembro de 2025, a partir das 18 horas, a 7 de janeiro de 2026, até as 8 horas, as ações em geral continuarão sendo distribuídas eletronicamente no sistema eproc.

§ 1º A distribuição de ações e os petições referidos no § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta, desde que inseridos nas competências cíveis lato sensu das comarcas em que o eproc já estiver implantado, deverão ocorrer exclusivamente no módulo de plantão do referido sistema, sendo dispensada a materialização das respectivas peças.

§ 2º Todos os documentos físicos gerados em virtude do cumprimento de eventuais diligências deverão ser entregues à respectiva secretaria, no dia 7 de janeiro de 2026, a qual se incumbirá da digitalização e da inclusão desses documentos no respectivo processo eletrônico, observadas, quanto ao descarte, as normas contidas no [Provimento nº 355](#), de 2018.

§ 3º As medidas de natureza urgente de competência cível e fazendária dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte e da Turma Recursal apresentadas por cidadãos desassistidos de advogado e que não possuam perfil apto para proceder à distribuição diretamente no sistema eletrônico, durante o período de que trata o caput deste artigo, serão direcionadas ao plantão situado na unidade da Avenida Francisco Sales, nº 1.446, bairro Santa Efigênia, no horário das 9h às 18h.

§ 4º Nas medidas urgentes em que a parte autora não possua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e a exigência desses dados possa comprometer o acesso à justiça ou acarretar risco de perecimento de direito, será admitido, em caráter excepcional, o cadastramento das partes sem a indicação do CPF ou do CNPJ, devendo, nessas hipóteses, o postulante e o juízo adotarem, posteriormente e sempre que possível, as diligências



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

cabíveis para a obtenção da referida informação, nos termos do § 2º do art. 32 da [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.720](#), de 24 de setembro de 2025.

Art. 9º As medidas urgentes pendentes de apreciação nos processos eletrônicos apresentadas antes do período de recesso forense deverão ser apreciadas pelo juiz competente até o dia 19 de dezembro de 2025.

§ 1º As medidas urgentes que não forem apreciadas na mesma data e se enquadrarem nas hipóteses previstas nesta Portaria Conjunta deverão ser remetidas à unidade plantonista para análise, via sistema eproc, sem prejuízo de eventuais medidas administrativas posteriores, a cargo da CGJ.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo, no que couber, na hipótese de transição entre os juízes de direito escalados para os plantões.

§ 3º Os processos serão devolvidos às varas de origem, via sistema eproc, tão logo efetivamente cumprida a medida ou no dia 7 de janeiro de 2026.

Art. 10. As intimações urgentes deverão ser realizadas em meio físico, nos termos do § 4º do art. 2º desta Portaria Conjunta, exceto aquelas:

I - destinadas ao MPMG, que deverão ser efetuadas por meio eletrônico;

II - destinadas ao Estado de Minas Gerais, relativas a processos de saúde, assim definidos pelo juízo, para fins de internação ou transferência hospitalar em caráter de urgência ou emergência, direcionadas à SES/MG, mediante a ação "Requisição" dirigida à Unidade Externa, sob a denominação "SES Internações Urgentes", nos termos do [Provimento Conjunto nº 145](#), de 2025.

Subseção III

Do Plantão da Execução Penal e do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU

Art. 11. As medidas de natureza urgente referentes aos processos eletrônicos de execução penal e seus incidentes em Primeiro Grau de jurisdição que tramitam no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU serão apreciadas em plantão regional específico, observando-se as disposições da [Portaria Conjunta da Presidência nº 7/PR-TJMG](#), de 24 de outubro de 2018.

Parágrafo único. Nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e nos dias 5 e 6 de janeiro de 2026, o cumprimento das decisões e das providências determinadas no plantão regionalizado do SEEU ficará a cargo da unidade judiciária responsável pelo processo, em conformidade com a escala de plantão de recesso forense estabelecida.

Art. 12. A Presidência do TJMG providenciará a designação de juízes de direito para, especificamente na plataforma do SEEU, promoverem a apreciação das medidas urgentes.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

§ 1º A CGJ providenciará a adequada habilitação temporária dos juízes de direito plantonistas no SEEU.

§ 2º O juiz de direito plantonista do SEEU não realizará audiência de custódia, incumbindo ao plantonista geral sua realização.

§ 3º A atuação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP observará o disposto na [Portaria Conjunta da Presidência nº 7/PR-TJMG](#), de 2018.

Art. 13. O cumprimento das decisões e das providências determinadas no plantão regionalizado do SEEU nos dias 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de dezembro de 2025 e 1º, 2, 3 e 4 de janeiro de 2026 ficará a cargo do servidor do quadro de pessoal da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte, indicado pelo Juiz Coordenador do Núcleo de Recebimento de Guia de Execução de Sentenciados - NURGE, em apoio ao magistrado plantonista, salvo se este indicar servidor integrado ao quadro de pessoal da vara de sua titularidade, nos termos da [Resolução do Órgão Especial nº 933](#), de 29 de junho de 2020.

Seção III
Da Justiça de Segundo Grau

Subseção I
Da Tramitação no sistema de Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe e no sistema eproc

Art. 14. Durante o período de 19 de dezembro de 2025, a partir das 18 horas, a 7 de janeiro de 2026, até as 8 horas, as medidas de natureza urgente de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta e que se enquadrem nas ações e nos recursos cujo peticionamento seja exclusivamente eletrônico no sistema de Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe, conforme a [Portaria Conjunta da Presidência nº 485](#), de 26 de fevereiro de 2016, e no sistema eproc, conforme as [Portarias Conjuntas da Presidência nº 1.577](#), de 22 de julho de 2024, [nº 1.645](#), de 20 de março de 2025, e [nº 1.659](#), de 23 de abril de 2025, deverão ser peticionadas por meio eletrônico no sistema correspondente, sob pena de não conhecimento da matéria.

§ 1º As medidas urgentes pendentes de apreciação nos processos interpostas antes do período de recesso serão apreciadas pelo relator originário.

§ 2º Serão distribuídas aos desembargadores plantonistas todas as medidas urgentes protocolizadas no sistema JPe e no sistema eproc em que houver a indicação, pelo advogado, de apreciação no expediente do plantão.

§ 3º Havendo indisponibilidade do sistema JPe ou do sistema eproc, as medidas de natureza urgente de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta poderão ser enviadas em formato "PDF", acompanhadas de comprovante de indisponibilidade do sistema, para o e-mail da CINPROT: protocolo.uap@tjmg.jus.br.



§ 4º O atendimento no plantão noturno durante o recesso, das 18 horas às 8 horas, ocorrerá na Central de Plantão Judicial - CEPLAN, localizada na Avenida Augusto de Lima, nº 1.234, Barro Preto, térreo, telefones (31) 3330-2034 ou (31) 3330-2392, consoante o caput do art. 6º da [Resolução do Órgão Especial nº 967](#), de 22 de junho de 2021.

Seção IV

Do funcionamento da Justiça de Primeiro e de Segundo Grau no período de 20 de dezembro de 2025 a 6 de janeiro de 2026

Art. 15. Nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e nos dias 5 e 6 de janeiro de 2026:

I - na Justiça de Primeiro Grau:

- a) os serviços de protocolo ou de distribuição de feitos permanecerão abertos no horário das 12 horas às 18 horas;
- b) o atendimento externo para as medidas judiciais urgentes será concentrado na equipe escalada para o plantão;
- c) as secretarias de juízo permanecerão fechadas para o público externo, funcionando apenas para a realização de serviços internos e para o atendimento ao servidor designado para o plantão a que se refere o art. 21 desta Portaria Conjunta;
- d) caberá ao diretor do foro definir como será o funcionamento dos respectivos serviços auxiliares, observadas as normas estabelecidas nesta Portaria Conjunta;
- e) a critério da chefia e observada a conveniência administrativa, o plantão interno nas secretarias de juízo e nos serviços auxiliares da direção do foro poderá ocorrer entre as 7 horas e as 20 horas, desde que a equipe plantonista correspondente seja devidamente informada;
- f) a Coordenação de Suporte ao Jurisdicionado - COJUS da Comarca de Belo Horizonte, no horário das 12 horas às 18 horas, deverá manter equipe apta a esclarecer dúvidas de unidades plantonistas da capital e do interior e a resolver eventuais problemas oriundos de falhas no sistema de emissão de guias, tendo em vista a disponibilização das guias de pagamento de custas e de taxa judiciária na internet;

II - na Justiça de Segundo Grau:

- a) os serviços de protocolo receberão os expedientes urgentes no horário das 8 horas às 18 horas e os encaminharão aos cartórios e aos demais órgãos das diretorias executivas, das secretarias e das assessorias que se encontrarem em regime de plantão;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

b) a Secretaria do TJMG permanecerá fechada para o público externo, funcionando apenas para a realização de serviços internos e para o atendimento ao servidor designado para o plantão a que se refere o art. 21 desta Portaria Conjunta;

c) a critério da chefia e observada a conveniência administrativa, o plantão interno na Secretaria do TJMG poderá ocorrer entre as 7 horas e as 20 horas.

Art. 16. Nos dias 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de dezembro de 2025 e nos dias 1º, 2, 3 e 4 de janeiro de 2026, o funcionamento da Secretaria do TJMG e dos órgãos auxiliares da Justiça de Primeiro Grau será regido, no que couber, pelas normas fixadas nas [Resoluções do Órgão Especial do TJMG nº 966 e nº 967](#), ambas de 22 de junho de 2021, e na [Portaria Conjunta da Presidência nº 7/PR-TJMG](#), de 2018.

§ 1º Na Justiça de Segundo Grau, nos dias a que se refere o caput deste artigo, o atendimento será realizado pelos servidores ocupantes do cargo de Gerente de Cartório designados para o plantão na Secretaria do TJMG, que efetuarão a distribuição dos expedientes entre as 8 horas e as 18 horas.

§ 2º Na Justiça de Primeiro Grau, o plantão funcionará nos dias a que se refere o caput deste artigo e em cada período noturno de 19 de dezembro de 2025 a 6 de janeiro de 2026, este no horário das 18 horas às 8 horas do dia seguinte, apenas nas comarcas-sede da microrregião, devendo ser afixado, nas demais comarcas, quadro informativo contendo os telefones das equipes plantonistas, conforme escala disponibilizada no Portal TJMG.

Art. 17. Na Secretaria do TJMG, os diretores-executivos, os secretários e os assessores com função gerencial, em seu âmbito de atuação, definirão as unidades organizacionais que irão funcionar no período de 20 de dezembro de 2025 a 6 de janeiro de 2026, com a possibilidade de autorização da atuação em home office para os servidores da área administrativa.

Subseção I **Do Funcionamento da Comarca de Belo Horizonte**

Art. 18. Na Comarca de Belo Horizonte, nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e 5 e 6 de janeiro de 2026, funcionarão os seguintes órgãos:

I - a Contadoria e Tesouraria - CONTES, localizada no Fórum Lafayette - Unidade Raja Gabaglia (Avenida Raja Gabaglia, nº 1753), no horário das 12 horas às 18 horas, onde serão recebidos todos os expedientes e os documentos a ela destinados;

II - a Gerência de Cumprimento de Mandados - GEMAN e a COJUS, centralizadas no Fórum Lafayette - Unidade Augusto de Lima (Avenida Augusto de Lima, nº 1234), no horário das 12 horas às 18 horas, onde serão recebidos todos os expedientes e os documentos destinados a seus respectivos setores;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

III - a Coordenação Suplementar de Distribuição de Feitos, Emissão de Certidões de Triagem e Protocolo de Petições - CODIPRO, que deverá manter servidores plantonistas nas seguintes unidades e horários:

- a) Fórum Lafayette - Unidade Augusto de Lima (Avenida Augusto de Lima, nº 1234, 17º andar), no horário das 12 horas às 18 horas;
- b) Fórum Cível e Fazendário (Avenida Raja Gabaglia, nº 1753), no horário das 12 horas às 18 horas;
- c) Varas Cíveis da Infância e da Juventude (Rua Jaceguai, nº 208, Prado), no horário das 12 horas às 18 horas;
- d) Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte - CIA/BH, Varas de Sucessões e Ausências e Vara de Registros Públicos (Avenida Afonso Pena, nº 2300), no horário das 7 horas às 18 horas;
- e) Central das Garantias da Comarca de Belo Horizonte (Rua Diamantina, nº 770, Lagoinha), no horário das 12 horas às 18 horas;

IV - Secretaria de Audiências de Custódia - SECAC;

V - as secretarias de juízo, com pelo menos 1 (um) servidor, para atendimento ao servidor designado para o plantão a que se refere o art. 21 desta Portaria Conjunta, devendo permanecer fechadas para o público externo;

VI - os Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte, cíveis, fazendários e criminais, assim como a respectiva Turma Recursal, com atendimento na Unidade Francisco Sales (Avenida Francisco Sales, nº 1446, Santa Efigênia), no horário das 9 horas às 18 horas;

VII - o Fórum Digital de Venda Nova (Rua Padre Pedro Pinto, nº 422, São Tomaz), no horário das 12 horas às 18 horas;

VIII - a Central de Execução de Medidas de Segurança (Rua Goiás, nº 229, sala 203, Centro), no horário das 12 horas às 18 horas.

§ 1º O serviço de protocolo e a distribuição de feitos urgentes serão realizados exclusivamente na unidade predial em que se localiza a unidade judiciária a que se destina o expediente, à exceção dos expedientes relativos ao Fórum Regional do Barreiro e às Varas Especializadas em Crimes Contra a Criança e o Adolescente - VECCA, que serão recebidos no endereço constante da alínea "a" do inciso III deste artigo.

§ 2º Na Vara Infracional da Infância e da Juventude, as audiências de apresentação de adolescentes autores de ato infracional serão realizadas no horário das 7 horas às 13 horas.



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça**

Art. 19. Na Comarca de Belo Horizonte, nos dias 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de dezembro de 2025 e nos dias 1º, 2, 3 e 4 de janeiro de 2026, e no período noturno de 19 de dezembro de 2025 a 6 de janeiro de 2026, este no horário das 18 horas às 8 horas do dia seguinte, o funcionamento do plantão se dará da seguinte forma:

I - o atendimento ocorrerá na Central de Plantão Judicial - CEPLAN, localizada na Avenida Augusto de Lima, nº 1234, Barro Preto, térreo, telefones (31) 3330-2034 ou (31) 3330-2392;

II - nos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte e na respectiva Turma Recursal, as medidas urgentes que não puderem ser apresentadas no sistema eletrônico em que o processo estiver tramitando deverão ser encaminhadas à Unidade Francisco Sales (Avenida Francisco Sales, nº 1446, bairro Santa Efigênia), no horário das 9 horas às 18 horas.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI do art. 18 e do inciso II deste artigo, no período noturno, os interessados deverão acionar os plantonistas através dos telefones (31) 3289-9300 e (31) 98409-0438 (Jesp Cível e Fazenda Pública) e (31) 98462-1532 (Jesp Criminal e Turma Recursal).

**Seção V
Da Organização do Plantão**

Art. 20. A Presidência do Tribunal promoverá a designação de desembargadores para atuarem no plantão na Secretaria do TJMG, de juízes de direito para a Comarca de Belo Horizonte, conforme grupos de competências, e demais microrregiões do Estado, bem como para as regiões administrativas definidas para a Execução Penal.

§ 1º Fica vedada a permuta de juízes de direito designados para o plantão de que trata esta Portaria Conjunta sem a prévia comunicação ao juiz diretor do foro da respectiva comarca, caso solicitada antes do recesso, ou diretamente à Gerência da Magistratura - GERMAG, para análise e eventual alteração na escala de plantão, se for o caso.

§ 2º O local de permanência do juiz de direito, no período compreendido no art. 2º desta Portaria Conjunta, corresponde àquele estabelecido na escala de plantão publicada pela GERMAG.

§ 3º Os magistrados escalados para o plantão farão jus a dias de compensação, nos termos das regras estabelecidas em Resolução do Órgão Especial e demais atos normativos de regência.

Art. 21. Para o plantão de que trata o art. 2º desta Portaria Conjunta, serão convocados, em número mínimo necessário ao bom e contínuo andamento dos serviços, servidores lotados:

I - na Secretaria do TJMG;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

II - nas secretarias de juízo;

III - nos serviços auxiliares da Direção do Foro.

§ 1º Na escala de plantão das comarcas do interior, será assegurado o funcionamento de, pelo menos, 1 (uma) vara situada em cada microrregião, para o exame de todas as medidas urgentes.

§ 2º Os servidores escalados para o plantão deverão estar aptos a acessar e a consultar os respectivos processos que tramitem em meio eletrônico, em caso de necessidade.

§ 3º A designação da vara ou comarca para atuar no plantão de que trata a [Resolução do Órgão Especial nº 966](#), de 2021, nos termos do § 1º deste artigo, não dispensa o funcionamento das demais varas ou comarcas que pertençam à microrregião, no período de recesso forense, devendo estas servirem de apoio ao juiz plantonista da região.

§ 4º Nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e 5 e 6 de janeiro de 2026, no horário de 12 horas às 18 horas, a convocação de servidores tratada no caput deste artigo incluirá:

I - na Justiça de Primeiro Grau:

a) a estrutura administrativa de apoio para cada juiz de direito plantonista a que se refere o art. 11 da [Resolução do Órgão Especial nº 966](#), de 2021;

b) 1 (um) servidor lotado em cada secretaria de juízo, para apoiar o plantão e exercer outras atividades de caráter interno, determinadas pelo respectivo superior hierárquico;

c) até 2 (dois) servidores ocupantes do cargo de Oficial Judiciário, da especialidade Oficial Judiciário, no exercício das atribuições de Oficial de Justiça e até 2 (dois) servidores do cargo de Oficial Judiciário, da especialidade Oficial Judiciário, no exercício das atribuições de Comissário da Infância e da Juventude, para cumprimento das ordens judiciais de caráter urgente;

II - na Justiça de Segundo Grau:

a) o gerente de cartório designado para o plantão de medidas urgentes e, se necessário, servidores para apoiar sua atuação;

b) servidores ocupantes de cargo de Oficial Judiciário, da especialidade Oficial Judiciário, no exercício das atribuições de Oficial de Justiça, para o cumprimento das ordens judiciais de caráter urgente, nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2025 e 5 e 6 de janeiro de 2026;

c) nos demais setores da Secretaria do TJMG, servidores para exercerem outras atividades inadiáveis e de caráter interno.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

§ 5º A convocação dos servidores de que trata o caput deste artigo para o plantão será feita por:

I - desembargador, quando se tratar de servidor lotado em seu gabinete;

II - superior hierárquico de nível mais elevado da área, para os servidores da Secretaria do TJMG a ele subordinados, indicados pela chefia imediata desses servidores;

III - diretor do foro, para os servidores da Justiça de Primeiro Grau.

§ 6º O magistrado ou o gestor que convocar servidores para os fins do plantão de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta deverá:

I - informar os nomes dos servidores convocados para o plantão previsto no inciso I do § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta, por meio do sistema próprio disponível, no caso da Justiça de Primeiro Grau, e por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo a ser encaminhado à Coordenação de Controle de Frequência de Servidores - COFREQ, no caso da Justiça de Segundo Grau;

II - solicitar o lançamento, em banco de horas, das horas efetivamente trabalhadas:

a) pelos servidores convocados para o plantão previsto no inciso II do § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta, por meio da opção "justificar anomalia" do Sistema "Portal RH";

b) pelos servidores em regime de teletrabalho convocados para o plantão de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta e pelos servidores a que se refere o art. 17 desta Portaria Conjunta, por meio de processo SEI a ser encaminhado à COFREQ.

Art. 22. Os servidores convocados para o plantão deverão trabalhar presencialmente e farão jus à compensação das horas efetivamente trabalhadas e devidamente registradas no sistema de ponto eletrônico, observados os termos da [Portaria Conjunta da Presidência nº 76](#), de 17 de março de 2006.

Parágrafo único. Os servidores isentos de ponto convocados para o plantão previsto no inciso II do § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta deverão registrar as horas efetivamente trabalhadas no sistema de ponto eletrônico, observados os termos da [Portaria Conjunta da Presidência nº 76](#), de 2006, e, na impossibilidade do mencionado registro no sistema de ponto eletrônico, devidamente justificada, o gestor responsável pela convocação deverá comunicar à Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos - DEARHU os dias e as horas efetivamente trabalhados, por meio do SEI, mediante expediente denominado "Comunicação de Trabalho em Plantão por Servidor Isento de Ponto".

Art. 23. O ressarcimento de despesas e o pagamento de indenização de transporte relativos ao deslocamento da sede, no estrito cumprimento de diligências



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

administrativas, desde que não relacionadas a processo judicial, observarão o disposto na [Resolução da Corte Superior do TJMG nº 573](#), de 17 de novembro de 2008, e na [Portaria da Presidência nº 6.474](#), de 16 de fevereiro de 2024.

Seção VI

Do Funcionamento dos Serviços Notariais e de Registro entre os dias 20 de dezembro de 2025 e 6 de janeiro de 2026

Art. 24. O funcionamento dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais será regido pelas seguintes normas:

I - nos dias 22 e 23 de dezembro de 2025 e nos dias 5 e 6 de janeiro de 2026, em horário regulamentar, nos termos do [Provimento Conjunto nº 93](#), de 22 de junho de 2020;

II - nos dias 26, 29 e 30 de dezembro de 2025, no horário das 9 horas às 12 horas, com expediente facultativo no horário das 12 horas às 18 horas;

III - nos dias 20, 21, 24, 25, 27, 28 e 31 de dezembro de 2025 e nos dias 1º, 2, 3 e 4 de janeiro de 2026, não haverá expediente, ressalvado o disposto no art. 73 do [Provimento Conjunto nº 93](#), de 2020.

Parágrafo único. Os Tabelionatos de Protestos de Títulos e os Ofícios Distribuidores deverão observar o disposto no § 2º do art. 69 e no § 3º do art. 70, e os serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais, o disposto no art. 67, todos do [Provimento Conjunto nº 93](#), de 2020.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 7 A 20 DE JANEIRO DE 2026

Art. 25. No período de 7 a 20 de janeiro de 2026, nas Justiças de Primeiro e de Segundo Grau do Estado de Minas Gerais:

I - ficam suspensos os prazos processuais de qualquer natureza, salvo aqueles relacionados às medidas previstas no inciso I do § 1º do art. 2º desta Portaria Conjunta e às exceções de que trata o parágrafo único deste artigo;

II - nos dias úteis, haverá expediente na Secretaria do TJMG, nas secretarias de juízo e nos serviços auxiliares da direção do foro, nos termos deste artigo;

III - nos dias não úteis e no período noturno, este no horário das 18 horas às 8 horas do dia seguinte, funcionará o regime de plantão de que tratam as [Resoluções do Órgão Especial nº 966](#) e [nº 967](#), ambas de 2021, e a [Portaria Conjunta da Presidência nº 8/PR-TJMG](#), de 24 de outubro de 2018.

Parágrafo único. Durante o período a que se refere o caput deste artigo:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

I - fica vedada a realização de audiências e de sessões de julgamento, inclusive as anteriormente designadas, exceto aquelas consideradas urgentes;

II - ficam mantidos os leilões e praças já designados;

III - os editais de leilão e de citação já publicados não ficam prejudicados, tampouco fica vedada a publicação de novos, somente ficando suspensos os prazos processuais no período;

IV - a Secretaria do TJMG e as secretarias de juízo poderão praticar os atos processuais não vedados nesta Portaria Conjunta nos respectivos sistemas judiciais, ficando assegurado às partes que, caso o prazo para ciência da comunicação eletrônica se encerre dentro do período previsto no caput deste artigo, os prazos processuais somente terão início a partir do dia 21 de janeiro de 2026;

V - serão mantidas as disponibilizações, via internet, de despachos, decisões, sentenças e acórdãos, por meio do acesso ao acompanhamento processual, no Portal TJMG.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. A contagem dos prazos processuais em matéria cível observará o disposto no art. 219 e no § 1º do art. 224 do [CPC](#), e, em matéria penal, o disposto no art. 798-A do [Decreto-Lei nº 3.689](#), de 3 de outubro de 1941, [Código de Processo Penal - CPP](#).

Art. 27. Em caso de eventual indisponibilidade dos sistemas relacionados aos processos eletrônicos do TJMG durante o plantão de que trata o art. 1º desta Portaria Conjunta, as partes deverão observar as regras gerais relacionadas ao tema, conforme o [Provimento nº 355](#), de 2018; a [Resolução do Órgão Especial nº 780](#), de 10 de novembro de 2014, e as [Portarias Conjuntas da Presidência nº 1.577](#), de 2024, [nº 1.645](#), de 2025, e [nº 1.659](#), de 2025.

Parágrafo único. Os usuários internos da Justiça de Primeira Instância do TJMG, na hipótese do caput deste artigo, deverão consultar o Protocolo de Indisponibilidade de Sistemas instituído pela CGJ e disponível no Portal do TJMG.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos:

I - pelo Primeiro Vice-Presidente do TJMG, os relativos à Superintendência Judiciária;

II - pelo Corregedor-Geral de Justiça, os afetos à Secretaria da CGJ e aos órgãos da Justiça de Primeiro Grau;

III - pelo Presidente do TJMG, em relação às questões administrativas e aos demais setores da Secretaria do TJMG.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Art. 29. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2025.

Desembargador **LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR**
Presidente

Desembargador **MARCOS LINCOLN DOS SANTOS**
1º Vice-Presidente

Desembargador **ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO**
Corregedor-Geral de Justiça